

— filme para cinema "Para viver um grande amor"; objeto de recurso: reclassificação etária de 16 para 14 anos; relator: Ricardo Cravo Albin; parecer: pelo provimento do recurso por se tratar de filme que, como todos os outros de conotação similar e com cenas de nudez parcial e linguagem chula, são destinados à platéia juvenil. A Conselheira Fanny Ribeiro da Silva contestou dizendo que é no jovem na faixa de 14 anos que se iniciam as transformações da puberdade e que a temática complexa da película poderia promover a busca dos caminhos, da identidade, das definições, as cenas de sexo podendo conturbar ao invés de auxiliar o adolescente que atravessa esse período. Os Conselheiros Antonio Carlos de Moraes e Ricardo José Pinheiro Neto concordaram com a Conselheira acrescentando que a linguagem cênica seria inadequada para 14 anos. O CSC manteve por 9 x 6 a decisão da DCDP. Esgotado o tempo e nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, convocando o Conselho para uma reunião extraordinária a ter início às 14:30 hs do dia 16 do corrente. Para constar, lavrou-se a presente Ata que vai assinada pelo Presidente do CSC e por mim, Léa Fiuza Villaga, Secretária-Executiva, em Brasília, 03.05.84.

JOSÉ ROSA ABREU VALE
Presidente

LÉA FIUZA VILLAGA
Secretária

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

RESUMO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 6/12/83

Em 6 de dezembro de 1983 reúne-se o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana no Gabinete do Ministro da Justiça. Ausentes o Titular da Pasta e o Vice-Presidente do CDDPH, realiza-se a sessão com a presença dos seguintes Conselheiros: Pedro Calmon Muniz de Bittencourt no exercício da Presidência, Aloysio Chaves, Mário Sérgio Duarte Garcia, Inocêncio Mártires Coelho, José Bernardo Cabral, Marcos Castrioto de Azambuja, Benjamin Moraes Filho e Geraldo Monte d'ônio Bezerra de Menezes. Aberta a reunião, é discutido e aprovado o projeto de ata da sessão de 11 de novembro de 1983. Inicia-se, então, o exame dos assuntos gerais e preliminares, quando o Conselheiro Mário Sérgio Duarte Garcia, representante da OAB, sugere a instauração de comissão de inquérito sobre eventual desrespeito aos direitos humanos dos flagelados pernambucanos, pede informações quanto ao alegado seqüestro do advogado Saul Villalta, em El Salvador, cita ameaças de que estaria sendo vítima o advogado do Sindicato dos Trabalhadores de Cearamirim, RN, propõe a apuração de denúncias feitas por Manoel Soares em razão de arbitrariedades de que teria sido vítima em Goiás, refere-se a ameaças sofridas pela advogada dos trabalhadores rurais da Paraíba, Dra. Tereza Braga, e menciona a denúncia de torturas alegadamente praticadas contra José Márcio Sócrates Gomes Pinto em Goiás. A seguir o Conselheiro Bezerra de Menezes congratula-se com o Dr. Barbosa Lima Sobrinho pela merecida homenagem que lhe prestara a Faculdade Hélio Afonso e por seu artigo sobre as atividades do Conselho publicado na imprensa carioca. O Conselheiro Benjamin Moraes Filho agradece ao Senhor Ministro, em nome do Conselho, o oferecimento, a este, da obra de Teixeira de Freitas por ocasião do centenário do autor, e traz a debate a sugestão da OAB no sentido de que o Brasil adira ao Pacto de Costa Rica. O CDDPH decide então que a matéria volte à Ordem do Dia na próxima reunião. Passa-se ao exame dos processos incluídos na Pauta, a saber: MJ-19.556/83, proposto por Arnan do Itamar Pires - apreciação adiada por ausência do relator; MJ-1.824/83, proposto pelo Cabo Altino Modesto Afonso - decidida a rejeição de pedido de informações ao Governo de Minas; MJ-14.054/80, proposto por João Domingos - sobrestada a decisão até que se caracterize fato de natureza política no arrômbamento do jornal "Botija Parda", de Araguari, MG; MJ-15.992/83, proposto por Antônio Mazzei e outros, sobre supostas demissões de caráter político em São Carlos, SP - decidida a realização de nova diligência junto ao Senhor Prefeito; MJ-6.584/80, sobre assunto pendente no judiciário - decidido que a matéria aguarda decisão da justiça; MJ-4.838/83, proposto por Jorge Meira da Silva sobre suposta agressão de que fora vítima - decidida a solicitação de informações à Auditoria Militar do Estado do Rio de Janeiro; MJ-13.514/80, proposto por Félix Valle Pereira, contra elementos da Polícia Militar do Acre - decidida a solicitação de informações àquele corporação; MJ-12.908/83, proposto pela ABE, sobre desvio na aplicação de crédito oficial - adiada a decisão por ausência do relator. Encerrada a reunião, foi lavrada e devidamente assinada por todos a ata de que este é um resumo.

RESUMO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 06/12/83

Em 06 de dezembro de 1983 reúne-se o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em sessão solene comemorativa do Dia Internacional dos Direitos da Pessoa Humana no auditório do Ministério da Justiça, sob a Presidência do respectivo Ministro de Estado e Presidente do CDDPH, Doutor Ibrahim Abi-Ackel, composta a Mesa pelo Embaixador João Clemente Baena Soares, Ministro Interino das Relações Exteriores, Doutor João Peter Koenz, Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Ministro João Fernandes Dantas, Presidente do Tribunal Federal de Recursos; Professor Barbosa Lima Sobrinho, Vice-Presidente do CDDPH e Professor Euclides Pereira de Mendonça, Chefe do Gabinete do Ministro da Justiça e Secretário do Conselho. Presentes à solenidade os seguintes Conselheiros, além do já citado: Doutores Mário Sérgio Duarte Garcia, Inocêncio Mártires Coelho, José Bernardo Cabral, Benjamin Moraes Filho, Pedro Calmon Muniz de Bittencourt, Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes, Senador Aloysio Chaves e Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja, e também membros do Corpo Diplomático acreditado junto ao Governo brasileiro, altas autoridades dos Governos Federal e estadual, Diretores-Gerais do Ministério da Justiça, Assessores do Ministro de Estado, representantes da imprensa e público em geral. Aberta a sessão, tem a palavra o Titular da Pasta da Justiça, que profere discurso alusivo à data, testemunhando a profissão de fé do Governo brasileiro na defesa dos direitos imprescritíveis da pessoa humana e o seu permanente compromisso de zelar pela manutenção e aperfeiçoamento dos instrumentos jurídicos de que dispõe para a preservação e enaltecimento da dignidade intrínseca do ser humano. Em seguida é encerrada a reunião, lavrando-se ata de que este é um resumo, assinada pelos Conselheiros presentes.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA EM 26 (VINTE E SEIS) DE ABRIL de 1984 (MIL NOVECEN-TOS E OITENTA E QUATRO).

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de abril de 1984 (mil novecentos e oitenta e quatro) reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária, no Edifício Sede do Ministério da Justiça, sala 470 (quatrocentos e setenta), sob a égide de seu Presidente, Dr. PIO SOARES CANEDO. Presentes os Senhores Conselheiros ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, ANTONIO ZAPPALÁ, ALCEO MORAES ALMEIDA, JASON SOARES ALBERGARIA, JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA e ROGÉRIO LAURIA TUCCI. Em assuntos gerais o Senhor Presidente justificou a ausência dos Senhores Conselheiros BENJAMIN MORAES FILHO, EVERARDO DA CUNHA LUNA, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS, SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO e RENÉ ARIEL DOTTI, estando o segundo, terceiro e quinto representados por seus Suplentes, cujos nomes foram declinados no elenco de presenças. Em seguida o Senhor Presidente informou ao Plenário sobre os expedientes que tramitaram pelo CNPP no período compreendido entre 23 (vinte e três) de março a 25 (vinte e cinco) de abril corrente. Abrindo os trabalhos constantes da ordem do dia, o Senhor Presidente submeteu à aprovação do Colendo Conselho, a ata da reunião anterior, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes. Prosseguindo o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro ALCEO MORAES ALMEIDA que emitiu parecer sobre a matéria proposta pelo DEPEN, relativa à "atualização do conteúdo programático das disciplinas dos Cursos destinados ao pessoal penitenciário de nível universitário". Iniciando o relator informou que as disciplinas constantes da proposta, compreende Direito Penitenciário, Política Criminal, Policiologia, Sociologia Criminal, Criminologia, Psicologia Criminal, Biologia Criminal, Psiquiatria Criminal, Medicina Legal, Criminalística, Moral e Ética Profissional, Processo Criminal, Direito Penal e Serviço Social. Após declinar as disciplinas mencionadas indagou sobre os seguintes quesitos: "Quantos Cursos; Objetivo Geral e Objetivos específicos de cada Curso; Quantas (e quais) disciplinas por Curso; duração de cada Curso em horas/aula e Clientela Alvo por Curso". Além desses, outros dados foram suscitados, ensejando, assim, sua proposta ao Conselho, no sentido de retornar o expediente à origem. Em discussão o Senhor Conselheiro ANTONIO ZAPPALÁ, assinou o parecer conjuntamente com o Relator, e, à oportunidade, traçou um paralelo entre a proposição e a publicação do CNPP sobre Programa Nacional de Formação Treinamento e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos Penitenciários, aludindo que a colocação hierárquica proposta vai além do nível universitário. A essa colocação o Senhor Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI votou favoravelmente; após dissera que em sendo esta, a sua primeira participação das reuniões do CNPP, sentia-se gratificado por estar integrando este Conselho - O Senhor Conselheiro ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA ratificou a colocação do Senhor Conselheiro ANTONIO ZAPPALÁ. Concluída a apreciação o Senhor Presidente determinou o encaminhamento da matéria conforme o proposto pelo Relator. Em seguida o Senhor Presidente retornou a palavra ao Senhor Conselheiro ALCEO MORAES ALMEIDA, desta feita, para relatar sobre as atividades desenvolvidas pelo DEPEN, em 1983, oportunidade em que fez uma extensa retrospectiva do órgão, desde a sua criação em 1975, até os dias de hoje, o qual "vem cumprindo como pode a mesma estrutura inicial e os recursos ao seu alcance", a principal finalidade de coordenar, a nível nacional, o esforço do Governo na busca permanente de soluções que tornem menos aflitiva a seríssima questão penitenciária no Brasil, através da uniformização dos Sistemas Penitenciários locais, guardadas algumas peculiaridades, e do fiel cumprimento das normas gerais do regime prisional". Após este enfoque informou que o DEPEN desenvolveu atividades relativas a Construção de Estabelecimentos Penitenciários e Obras em andamento, Formação do Pessoal Penitenciário e Profissionalização do Preso, Inspeções, Estudos para novas Construções, Cursos, Oficinas e Projetos Agro-Industriais, Programação de Recursos do FAS, Encontro Nacional sobre Sistema Penitenciário, Cooperação Internacional, Reestruturação do DEPEN, Política Penitenciária Integrada na Política Social, Análise de Projetos e Emendas e Indulto Natalino, tendo sido todos estes títulos desdobrados em separado. Ao concluir, votou pela aprovação da matéria, com uma "nota de louvor à operosidade do órgão e à sua magnífica Chefia". Ante a abundância de dados e trabalhos realizados, o Senhor Presidente dispensou as discussões e endossou o voto do relator, no que unanimemente foi aceito pelos presentes. Extra Pauta, o Senhor Conselheiro ANTONIO ZAPPALÁ propôs votos de aplausos ao CNPP, pela presença do Senhor Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI, cujos conhecimentos engrandeceram os trabalhos deste Colegiado. Somando ao proposto o Senhor Conselheiro ABELARDO JUREMA propôs os aplausos de todos, no que foi plenamente acolhido pelo Senhor Presidente. Merecendo aprovação a presente ata será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária.

PIO SOARES CANEDO
Presidente - CNPP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária Executiva - CNPP

ÍNDICE DE TERMOS CONTROLADOS

Edição Atualizada do DIN

À disposição na Diretoria de Publicações, mediante
ofício dos Órgãos interessados.

Departamento de Imprensa Nacional — SIG —
Quadra 06 — Lote 800 — CEP 70604 — Brasília/DF.

Informações pelo telefone: 223-4453